



Dados abertos em site estimulam transparência

Um dos itens do decálogo da rede mundial de computadores (veja quadro na pág. 56) apregoa que “a web tem de ser democrática”. Compartilhando desse princípio, a Câmara Municipal de São Paulo pôs em seu site vários dados abertos: a presença de vereadores em Sessões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias, votações em Sessões Plenárias Ordinárias e

Extraordinárias, além de dotações orçamentárias da Câmara – no exercício 2011.

O coordenador do Centro de Tecnologia da Informação da Câmara, Eduardo Miyashiro, ressaltava que oferecer dados abertos vai além de publicar números e informações. “Dados abertos são manipuláveis, aqueles que o público pode reprocessar livremente, usá-los como quiser com o interesse que tiver”, explica Miyashiro. Ele informa que grande parte dos dados disponíveis em outros sites está no formato PDF, que não pode ser facilmente convertido para outros formatos, como uma plani-

Câmara promoveu a Primeira Maratona Hacker

Hackers trabalharam e dormiram no plenário



lha Excel, por exemplo. “É claro que as pessoas podem digitar os números, porém isso daria muito mais trabalho”, diz, bem-humorado. “Os dados abertos são homem-homem, mas também homem-máquina, ou seja, são lidos tanto por pessoas quanto por computadores.”

Em maio, entrou em vigor a Lei nº 12.527/2011, conhe-

cida como Lei de Acesso à Informação ou Lei da Transparência, assinada pela presidenta Dilma Rousseff, com o “propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios”. Ao tornar possível uma maior

participação popular, o controle social das ações governamentais e o acesso da sociedade às informações públicas, a lei permite uma melhoria na gestão pública.

Na Constituição brasileira, Capítulo I (dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), já está claro que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Miyashiro garante que a Câmara Municipal fez bem mais do que a lei exige. “Temos transparência em um grau bem maior, que é diferente de apenas transparência.” Ele também explica que há uma transparência ativa (quando o órgão público apresenta os dados sem ser solicitado) e a passiva (quando o órgão só responde após ser acionado). “Grande parte da nossa é ativa”, afirma.

Em maio, a CMSP promoveu a Primeira Maratona Hacker (Hackathon), na qual especialistas em programação de softwares desenvolveram aplicativos para melhorar a utilização das informações oferecidas pelo Legislativo paulistano à sociedade. A comissão julgadora analisou o grau de utilidade pública, praticidade de uso, mobilidade, custo de manutenção, criatividade da solução e qualidade da documentação.

O Projeto Siga os Vereadores de São Paulo, da equipe Chutaum, foi o vencedor da competição. Ele cria uma plataforma de linha do tempo com as ações dos vereadores, possibilitando também que os usuários sigam os parlamentares.

O segundo lugar ficou com Radar Parlamentar, da PoliGNU. Trata-se de uma análise matemática sobre os dados de votações de projetos de lei na Câmara para determinar as semelhanças entre os partidos na atuação parlamentar.

Já o terceiro colocado da Hackathon foi o CMSPWiki, um aplicativo desenvolvido pela Capital Php que gera conteúdo, no formato wiki, sobre os dados do mandato do vereador, como orçamentos para o gabinete, relação de funcionários, votações e matérias propostas.

Esses aplicativos têm regime de licenciamento livre e vão ficar disponíveis para a utilização de todos os usuários do site da Câmara. ■

Miyashiro:
dados têm
de ser
manipuláveis

